

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>
<p>Despacho</p>	<p>NP: 9hhwnvz4 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 29/11/2016 Indicação nº 1447/2016 Protocolo nº 5198/2016</p>
<p>Autor: Dep. Janaina Riva</p>	

INDICA À SUPERINTENDÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA DO ESTADO DE MATO GROSSO, A NECESSIDADE DE ADOTAR TODAS AS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS CABÍVEIS PARA DAR CELERIDADE AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS ASSENTAMENTOS P.A BOSMAJI, P.A CARACOL, P.A JULIETA, IMPLANTADOS EM 2000, BEM COMO PCA NOVO HORIZONTE E PCA CASULO II, TODOS LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE.

Nos termos do art. 160 e seguintes da consolidação do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente a Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA do Estado de Mato Grosso, INDICANDO a necessidade de adotar todas as medidas administrativas cabíveis para dar celeridade ao processo de Regularização Fundiária dos assentamentos P.A Bosmaji, P.A Caracol, P.A Julieta, implantados em 2000, bem como PCA Novo Horizonte e PCA Casulo II, todos localizados no município de Novo Horizonte do Norte.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 29 de Novembro de 2016

Janaina Riva
Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

A regularização fundiária rural consiste numa ação sociopolítica de garantia da segurança jurídica do título de propriedade aos agricultores familiares, contribuindo para sua permanência na terra e seu acesso às políticas públicas.

A regularização propicia inúmeros benefícios aos agricultores familiares, pois além da segurança jurídica sobre a posse e domínio da terra, e, conformidade do sistema de registro público, os beneficiários podem ter acesso facilitado ao crédito rural, seguro rural, informações precisas sobre seu imóvel e à assistência técnica, além da valorização do patrimônio com recebimento do título definitivo da terra.

Dessa maneira, o objetivo desta indicação é solicita ao órgão responsável o empenho para que sejam agilizados os processos de transferência de domínios e conseqüente regularização das áreas ocupadas, sendo outorgados os títulos de domínio às famílias assentadas.

Insta salientar que sem a regularização, muitos assentados não conseguem comprovar a relação de propriedade perante o Estado e seus organismos de financiamento rural, e ficam, às vezes, impedidos de investir e tornar seus lotes produtivos pela falta de acesso a programas de crédito, microcréditos e financiamentos, obstaculizando seu crescimento e avanço.

Preocupado com a situação que as famílias que ocupam essas localidades passam, é que o Prefeito de Novo Horizonte do Norte, Silvano Pereira Ramos, nos enviou expediente solicitando que intercedêssemos junto a este órgão afim de sanar tal situação.

Pelo exposto conto com os nobres parlamentares na aprovação desta proposição de grande relevância e alcance social.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 29 de Novembro de 2016

Janaina Riva
Deputada Estadual